

PF poderá apurar crimes

Atualmente existem 110 ações contra o Brasil na Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). O número poderia ser muito menor se a reforma do Judiciário tivesse sido aprovada, avalia o ministro Nilmário Miranda, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. O projeto, que tramita há mais de dez anos no Congresso Nacional, determina a federalização de crimes que ferem as garantias constitucionais dos cidadãos.

Na prática, explica o ministro, isso significa que ações contra os direitos humanos seriam investigadas pela Polícia Federal e julgadas pelo Superior Tribunal de Justiça. Hoje, o acompanhamento dos casos é local.

Na denúncia oferecida pela organização não-governamental (Ong) Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Padre Marcos Passerine, as principais queixas das famílias dos 34 garotos emasculados do Maranhão estão relacionadas à demora da polícia em investigar o desaparecimento das crianças e à morosidade da Justiça. "O argumento de que havia uma demora injustificável para solucionar o crime e julgar os culpados foi a base para nossa denúncia", afirma Andressa Caldas, da Ong Justiça Global.

Cenas repetidas

Militantes de defesa dos direitos humanos revoltam-se diante das evidências que casos semelhantes ao do Maranhão tenham acontecido em outros estados, como Paraná, Goiás e Pará. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual, que funcionou entre julho de 2003 e julho deste ano, investigou a relação entre os episódios. Mas não houve conclusões nesse sentido.

Em Altamira, no Pará, foram registradas 22 mortes muito semelhantes às do Maranhão. Os meninos eram castrados e os órgãos sexuais usados em rituais macabros. Valentina de Andrade, que liderava a seita Lineamento Universal Superior, responsável pelos cultos satânicos, também foi acusada de envolvimento no sumiço de crianças no Paraná.

Segundo a acusação, a castração dos meninos fazia parte de um ritual de magia negra liderado por Valentina. Ao todo, foram instaurados sete inquéritos policiais em Altamira. Ela foi absolvida. No entanto, o Ministério Público pediu a anulação da sentença. Há evidências de que integrantes do júri popular se comunicaram durante o julgamento. Das 19 vítimas do grupo, apenas cinco constam no processo, que está sendo julgado pelo Tribunal de Justiça do Pará.